



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

11 de Agosto 2015



Veículo: A Notícia

Editoria: Notícias

Data: 11/08/2015

Assunto: Debate racial e de gênero

Página: 04

ANOTÍCIA

Plano Municipal Aprovado

ATILA FROELICH

atila.froelich@an.com.br

A Câmara de Vereadores de Joinville aprovou ontem, em primeira instância, o Plano Municipal de Educação e causou revolta de representantes de movimentos sociais que participavam da sessão. Apenas o vereador Adilson Mariano (PT) se posicionou contrário à votação do plano.

Após a aprovação, integrantes dos movimentos sociais

que acompanhavam a votação invadiram o plenário em protesto contra a decisão.

O presidente da Câmara, Rodrigo Fachini (PMDB), decidiu encerrar a sessão. Parte dos vereadores foi escoltada por agentes de segurança da Câmara para fora do plenário, enquanto Fachini permaneceu no local para ouvir as reivindicações dos manifestantes. A decisão, no entanto, não pode ser alterada.

O Plano Municipal deixou fora questões de igualdade racial, de gênero e orientação sexual, mas segue para a Comissão de Educação, que deve elaborar o texto final do documento em até dez dias, submetendo-o à última votação em plenário. Os integrantes dos movimentos sociais cobravam artigos removidos do plano.

Emanuelle Carvalho, porta-voz do Movimento Arco-íris, reclamou da falta de consulta por parte do Legislativo aos grupos interessados em discutir o projeto e da influência de

correntes religiosas nas decisões da Câmara.

– É importante lembrar aos legisladores que não nos procuraram em momento algum para discutir o plano, que o Estado é laico e que todos devem ter seus direitos assegurados aqui – protestou Emanuelle.

Para o movimento, não incluir as discussões de gênero no plano é o mesmo que não debater os papéis sociais de mulheres e de homens, o machismo e a violência sexual.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Comunidades se manifestam

Embora o resultado da votação tenha se definido no plenário, o principal embate aconteceu entre as comunidades que acompanhavam a sessão. Integrantes dos movimentos sociais, que cobravam artigos removidos do plano, debateram com integrantes de movimentos religiosos. Os planos de educação têm causado polêmica em todo o Brasil por causa dos artigos que preveem a promoção da igualdade racial, de gênero e orientação sexual, propondo políticas de prevenção à evasão escolar motivadas por preconceito e discriminação.

Isso porque entidades contrárias a essa discussão afirmam que ela passaria "por cima" de valores familiares e anulariam as identidades das crianças. Em Joinville, os artigos que faziam menção às questões de gênero e sexualidade foram retirados do plano enviado à Câmara no dia 24 de junho.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 11/08/2015
Assunto: Ciência sem Fronteiras		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Abecedário: Dilma vai concluir mandato sem saber se Ciência sem Fronteiras deu certo

Uma das maiores frustrações de quem elabora políticas de educação é a demora para que os resultados comecem a aparecer. Com a presidente Dilma Rousseff não será diferente: a petista deve terminar o mandato sem saber se uma das principais bandeiras da sua gestão –o programa Ciência sem Fronteiras– funcionou para valer.

A ideia era enviar 100 mil estudantes brasileiros de ensino superior, de graduação e de pós, para passar um tempo em universidades estrangeiras. A proposta é que esses estudantes, ao retornarem ao Brasil, consigam trazer um pouco do que aprenderam lá fora entre os melhores e, assim, promovam algumas mudanças. O problema é que os impactos desse tipo de intercâmbio internacional em massa só começam a ser sentidos um tempão depois do retorno desses estudantes.

O programa federal já consumiu mais de R\$ 3 bilhões do orçamento público de dois ministérios (de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Educação). É muito dinheiro. Hoje, está bem perto das metas: 70 mil brasileiros já foram estudar lá fora e voltaram desde que o programa foi lançado, há quatro anos. Ainda há 30 mil deles no exterior.

De quem participou do CsF, um em cada três bolsistas foi para os Estados Unidos, onde estão as melhores universidades que existem.

Pós no Ciência sem Fronteiras

Entre as escolas preferidas pelos brasileiros nos EUA estão a Universidade da Califórnia, a Universidade do Estado da Califórnia e a Universidade do Estado de Nova Iorque – instituições que figuram entre as 40 melhores do mundo, de acordo com o último ranking britânico de universidades “THE”. Para se ter uma ideia do que isso significa, a melhor do Brasil, a USP, não está nem entre as 200 melhores do mundo nesse mesmo ranking.

“Esses meninos vão transformar a ciência nacional”, diz a bióloga Helena Nader, presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Ela é tão entusiasta do programa que acabou criando uma espécie de tradição: desde 2012, a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

reunião anual da SBPC sempre traz uma sessão especial com relatos de ex-bolsistas do programa federal. Todos animados, cheios de ideia. Sim, dá gosto de ver.

MODELO CHINÊS

O projeto, no entanto, não é exatamente novo: o que o Brasil está fazendo agora é mais ou menos o que a China começou a fazer há alguns anos com o objetivo único de desenvolver o país.

Hoje, um em cada três estudantes estrangeiros nos Estados Unidos, adivinhe, é chinês! São mais de 300 mil chineses circulando agora em universidades de ponta dos EUA. A maioria deles está matriculada em áreas como administração, engenharias e computação –que são justamente algumas das prioridades do programa de intercâmbio brasileiro (para o desgosto e chororô de quem é de Humanas).

Quem está nos EUA, seja pelo CsF ou por outro tipo de apoio, relata uma espécie de mudança de comportamento nas universidades de elite: "A presença de brasileiros nas universidades dos EUA fez com que os americanos tivessem contato com um Brasil que eles desconheciam", explica Eduardo Rubini, 19, que estuda economia na Universidade de Chicago. "Eles viram que não somos apenas uma república das bananas."

Sim, a presença de brasileiros "top" em escolas igualmente "top" mundo afora pode estimular a colaboração entre o Brasil e países mais desenvolvidos. Esse é outro resultado do programa bem difícil de mensurar. Coincidência ou não, o número de estudantes dos EUA no Brasil mais do que dobrou de 2003 a 2013, passando de 1.554 para 4.223 –e ainda deve aumentar, se der certo a versão estadunidense do Ciência sem Fronteiras, encabeçado pelo presidente Obama (leia aqui).

Por aqui, no Brasil, há quem diga que corremos o risco de que alguns dos beneficiados pelo intercâmbio acabem ficando em território estrangeiro, fenômeno conhecido como "fuga de cérebros". Sim, é um risco maior no Brasil do que na China, país ditatorial. Mas, afinal, o que será de um país que não pretende correr riscos?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Mario Motta	Data: 11/08/2015
Assunto: Enem	Página: on-line	



Mário Motta: Colégio Militar Feliciano Nunes Pires de Florianópolis é a escola catarinense com melhor média no Enem 2014

Escola possui alguns diferenciais no ensino, como aulas de reforço em contraturno

Apesar de distante do primeiro lugar geral, o Colégio Militar Feliciano Nunes Pires de Florianópolis, foi o primeiro entre as escolas públicas estaduais e municipais de Santa Catarina com melhores médias no Enem 2014.

O material didático é do MEC, o mesmo usado em qualquer região do país, no entanto o Colégio Militar possui alguns diferenciais no ensino, como por exemplo: aulas de reforço em contraturno, aulas de quatro idiomas diferentes (francês, italiano, espanhol e inglês) e nas aulas de educação física, ênfase não somente ao lazer, mas também e principalmente ao condicionamento físico e às práticas desportivas. Para atender os 441 alunos distribuídos em dois turnos, o Colégio conta com 30 professores, entre militares e civis concursados.

Conforme os colégios militares brasileiros, os procedimentos de alunos, professores e servidores seguem as diretrizes das polícias militares estaduais ou Forças Armadas, sem, com isso, modificar o Programa de Matérias estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação. O "segredo" para o sucesso da unidade é simples e certamente está na disciplina, no respeito e na dedicação ao que é básico numa escola, o tripé: estudo, consolidação dos (bons) valores e a construção do conhecimento.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 11/08/2015
Assunto: Fies		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

MEC diz ter enviado resposta a juiz e pede urgência para liberar lista do Fies

*Na sexta, Justiça Federal proibiu a divulgação por meio de liminar.
MEC solicitou ao Judiciário apreciação com urgência.*

O Ministério da Educação (MEC) informou na noite desta segunda-feira (10) que prestou os esclarecimentos solicitados pelo juiz que suspendeu provisoriamente a divulgação da lista com 61,5 mil pré-selecionados para contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) na edição do segundo semestre de 2015.

O ministério foi proibido de apresentar o resultado do processo após uma empresa questionar o critério de distribuição das vagas. A decisão é da 15ª Vara Federal da Justiça Federal, em Brasília. Ao G1, o ministério não deu detalhes sobre as informações prestadas ao juiz.

O ministério foi notificado da suspensão pouco antes das 16h desta segunda. Segundo previsão do MEC, o cronograma previa a apresentação da lista dos pré-selecionados ainda nesta manhã.

"O MEC foi notificado nesta segunda-feira, 10, e já prestou ao juiz todos esclarecimentos relativos à distribuição de vagas do FIES para cada instituição de ensino. O MEC, inclusive, solicitou ao Judiciário apreciação com urgência", informou o MEC.

As inscrições para os novos contratos do Fies ocorreram entre os dias 3 e 6 de agosto. Conforme o cronograma inicial, após o resultado da seleção, os alunos teriam até o dia 13 de agosto para concluir o processo de contratação do financiamento.

Suspensão da Justiça

A decisão liminar (provisória) foi proferida após a análise de uma ação movida pelo grupo Anima Educação, proprietário dos centros universitários UNA e UNI BH, de Minas Gerais, e São Judas e Unimontes, de São Paulo.

No pedido de suspensão, o grupo questionou o critério adotado pelo Ministério da Educação para distribuir as vagas entre as instituições de ensino, apontando "inconsistências e desigualdades", já que cursos com avaliação inferior nas mesmas cidades conseguiram mais postos que outros de qualidade superior.

Na decisão, o juiz Francisco Renato Filho registrou que um curso de engenharia da Anima com conceito 4 (em nota que varia de 1 a 5) conseguiu 20 das 90 vagas solicitadas, enquanto uma concorrente com conceito inferior obteve 46 vagas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Tratando-se de política pública financiada por recurso público é absolutamente necessário que os interessados diretos (instituições e alunos) e a sociedade como um todo conheçam, não apenas os critérios de seleção, mas, também, como eles foram aplicados ao caso concreto, já que, em princípio, parece que os critérios não foram objetivamente observados", escreveu o juiz na decisão.

De acordo com a decisão, a suspensão vale até que o Ministério da Educação, que coordena o processo de seleção do Fies, esclareça qual o critério utilizado. A Anima argumenta que uma portaria da pasta definiu como critério a qualidade dos cursos para a distribuição das vagas.

"Ao invés de alocar as vagas nas instituições de melhor desempenho e cursos melhor avaliados, eles não obedeceram esse critério. Deram mais vagas, na mesma cidade, no mesmo curso, para instituições de ensino com avaliação pior. Aconteceu geral, em todo o país, isso em prejuízo dos alunos, não só da Anima", informou o grupo ao G1.

Na ação, o grupo Anima pede ainda que o MEC refaça a distribuição de vagas, o que ainda não foi decidido pelo juiz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 11/08/2015
Assunto: Fies		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Dilma oficializa redução do prazo para parcelamento de dívida do Fies

*Decreto desta terça altera regra para futuros contratos do programa.
Estudantes terão 12 meses a menos para quitar saldo devedor.*

Decreto da presidente Dilma Rousseff (PT), publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (11), oficializou a redução de doze meses no prazo para que os estudantes beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) parelem a dívida do financiamento. A determinação passa a valer nesta quarta-feira (12) e não altera os contratos já vigentes.

Até a publicação desta terça, o saldo devedor dos alunos poderia ser parcelado "em período equivalente a até três vezes o prazo de permanência do estudante na condição de financiado, acrescido de doze meses", como informava o decreto nº 7.790, de 15 de agosto de 2012, assinado pela própria presidente. Os doze meses de acréscimo foram retirados do texto original.

A alteração afeta apenas os futuros beneficiários do Fies. Ou seja, só quem ainda vai preencher as novas vagas do programa terá o período para amortização da dívida reduzido. A medida, portanto, já vigorará nos contratos assinados para o segundo semestre do Fies. A divulgação da lista de pré-selecionados para o segundo semestre seria feita nesta segunda-feira (10), mas precisou ser adiada por conta de uma determinação da Justiça.

O novo decreto não altera a determinação anterior de que o financiamento de cursos superiores com o Fies deve começar a ser pago no início do décimo nono mês após a conclusão do curso. A dívida pode ser quitada antes, mas apenas caso a antecipação do pagamento seja de interesse do estudante.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 11/08/2015
Assunto: Aplicativo		Página: Online



SANTA CATARINA



Estudantes de SC criam aplicativo para auxiliar descarte correto do lixo

Programa mostra empresas próximas que recebem resíduo selecionado. Projeto foi finalista de competição e segue em desenvolvimento.

Estudantes catarinenses criaram um aplicativo para computadores e celulares para ajudar no descarte correto do lixo. O usuário seleciona o tipo de resíduo que quer jogar fora e o programa informa os locais mais próximos que podem receber esse material. O projeto segue em desenvolvimento.

Foi com a sensação de que muitas pessoas não sabiam como descartar certos tipos de material corretamente que os estudantes produziram o aplicativo. "A gente estava incomodado. Fizemos um levantamento e a maioria das pessoas não sabia onde descartar resíduo", afirmou Christian Engelmann, que estuda ciência da computação.

Como funciona

Produtos como lâmpadas fluorescentes, pilhas e eletrônicos não podem ser levados pelo caminhão da coleta seletiva. Os estudantes, então, juntaram-se com um professor especialista em resíduos sólidos para criar o aplicativo.

"Basicamente, a pessoa entra na plataforma, através de um celular ou de um computador. Ela pode selecionar o tipo de resíduo que quer descartar. O aplicativo vai mostrar o ponto de descarte correto mais próximo do usuário. O usuário vai lá e seleciona, obtém pequenas informações sobre o estabelecimento ou sobre a empresa e consegue de forma prática achar onde destinar esse resíduo", explicou Jeison Cechella, estudante de engenharia ambiental.

O projeto ainda está em desenvolvimento, mas já começa a chamar atenção. Os jovens foram finalistas de uma competição de empreendedorismo.

Reaproveitamento

A empresa de Solon Machado foi uma das primeiras a fechar parceria para estar no aplicativo. Ela recolhe qualquer tipo de material, principalmente o entulho da construção civil, seja de um prédio novo ou da reforma de uma casa.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Quase 80% de tudo pode ser reaproveitado. "Ele [material] pode voltar para a construção civil normalmente como brita, rachão. E a própria areia fina, para rebocos em paredes", disse o empresário.

"Nós queremos contribuir para uma sociedade mais sustentável, só que nós precisamos da ajuda das pessoas que querem descartar corretamente o resíduo, que levem a esses pontos dispostos na plataforma", finalizou o estudante Túlio Magnus, da engenharia ambiental.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 11/08/2015
Assunto: Internet		Página: Online



CAMPANHA NACIONAL QUER 10 MEGA DE INTERNET EM TODAS AS ESCOLAS ATÉ 2016

De acordo com os idealizadores, mais que infraestrutura, é necessário que haja uma velocidade mínima para que a rede possa ser usada por todos os alunos no processo de aprendizagem

Fonte: Portal Convergência Digital

Uma campanha, idealizada pela Fundação Lemann e pelo Instituto Inspirare, em parceria com o Instituto de Tecnologia & Sociedade (ITS), batizada de rede de mobilização Nossas Cidades, quer disponibilizar 10 Mega de Internet em todas as escolas até 2016. De acordo com os idealizadores, mais que infraestrutura, é necessário que haja uma velocidade mínima para que a rede possa ser usada por todos os alunos no processo de aprendizagem.

“A Internet rápida democratiza o acesso a recursos pedagógicos de qualidade e promove a personalização, permitindo que alunos com diferentes perfis aprendam no seu ritmo e a partir de seus interesses e necessidades”, afirma Anna Penido, diretora do Instituto Inspirare. Além disso, o uso das tecnologias como ferramentas de ensino aproxima a escola da realidade digital já vivida pelo aluno, despertando seu interesse e ampliando suas possibilidades de expressão.

“O professor também ganha muito com a Internet na escola. Ela facilita a organização do tempo em sala de aula, o que o possibilita atuar de maneira mais intensa como orientador na formação dos alunos e mediador do processo de aprendizagem”, afirma o diretor executivo da Fundação Lemann, Denis Mizne.

O movimento espera impactar o Governo Federal com a assinatura, até o final deste ano, de um compromisso formal por Internet rápida em todas as escolas públicas brasileiras, a ser implementado já em 2016. “Se não houver uma iniciativa neste sentido, a tendência é um aumento das desigualdades existentes na educação brasileira, já que somente parte das escolas tiveram a rápida introdução de tecnologias digitais conectadas à Internet”, conta Mizne.

Um mapeamento técnico encomendado pelo movimento mostra que, de acordo com dados do Censo Escolar de 2013, das 190.706 escolas incluídas no levantamento,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

apenas 58% delas (11.053) possuem acesso à Internet, índice que cai para 48% se levarmos em conta as que dispõem de banda larga. A Pesquisa TIC Educação, realizada em 2013 pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (CETIC.br), apontou que apenas 19% das escolas públicas brasileiras contam com conexão superior a 2 mega de velocidade.

“A campanha de mobilização Internet na Escola pede o engajamento de toda a sociedade para mudarmos esse cenário”, convoca Anna Penido, diretora do Instituto Inspirare. Para participar da campanha Internet na Escola, basta acessar o site internetnaescola.org. Lá, é possível realizar um teste online, rápido e gratuito que permite a alunos, professores e gestores escolares identificar a velocidade de conexão já disponível em suas escolas, enviar e-mail para a Presidência da República pedindo a assinatura do compromisso público por 10 MEGA de Internet em todas as escolas, além de compartilhar informações para ajudar na mobilização de toda a sociedade. A campanha conta também com uma página no Facebook (facebook.com/internetnaescola) onde é possível curtir e acompanhar todas as informações e ações relacionadas ao tema.

No mundo

Em diferentes partes do globo já existem políticas para levar Internet de alta velocidade para escolas, alunos e professores. O acesso à rede já se tornou parte integrante do Direito à Educação. Em 2007, o Uruguai, por exemplo, criou o Plano Ceibal, que promoveu a inclusão digital no país e vem trabalhando para colocar a tecnologia a serviço da pedagogia.

Este foi o primeiro país da América Latina a distribuir computadores portáteis a todos os 300 mil alunos de ensino fundamental e médio de suas 2,3 mil escolas. O Plano Ceibal aumentou de 5% para 80% os índices de acesso a computadores e Internet nas famílias de baixa renda. Além disso, o Uruguai foi apontado pelas Nações Unidas como o primeiro no ranking de inclusão digital e transparência governamental.

Na Ásia, o exemplo inspirador vem da Malásia, onde a responsabilidade de viabilizar e manter a Internet nas escolas foi repassada para uma empresa privada, por meio de um leilão. Em contrapartida, ao conectar todas as escolas a organização deve colocar antenas de 4 GIGA em cada uma delas. O acesso à Internet é fornecido às escolas através da SchoolNet, uma colaboração nacional entre os ministérios do governo federal e empresas locais que fornecem acesso à rede. Além disso, a Malásia foi o primeiro país no mundo a criar uma plataforma única de personalização do ensino e da aprendizagem.

Nos Estados Unidos, o programa ConnectED, do governo Obama em parceria com grandes empresas, promete no mínimo 50 MEGA via fibra ótica por escola e wi-fi nas salas de aula. Mais recentemente, ao lançar o ConnectHome, que fortalece o uso educacional da Internet ao expandir seu uso também em todas as casas do país, o presidente americano declarou que o acesso à Internet não deve ser luxo e sim uma necessidade básica.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 11/08/2015
Assunto: Inclusão	Página: Online	



INCLUSÃO DE ALUNOS É DESAFIO PARA ESCOLAS

Falta de capacitação de profissionais e de uma metodologia diferenciada é a grande dificuldade de instituições na interação dos estudantes especiais

Fonte: Folha de Boa Vista (RR)

A legislação vigente, em todos os níveis, ampara e assegura os direitos de crianças portadoras de necessidades especiais no ensino regular educacional. Na prática, entretanto, a inclusão desses alunos nas escolas ainda é o grande desafio enfrentado por pais e profissionais que atuam na área.

A falta de uma metodologia no ensino e a capacitação de professores para o trabalho de atendimento educacional especializado dentro da sala de aula são as maiores reclamações dos pais, os quais são obrigados a escolherem bem a idade e a escola certa para iniciarem os filhos na vida estudantil.

A rede municipal de ensino oferece vagas para alunos com deficiência em todas as escolas do município, pela Lei nº 1.578, de 29 de julho de 2014, que assegura a matrícula para o estudante com deficiência na escola municipal mais próxima de sua residência. Apesar disso, a matrícula é garantida apenas para alunos a partir dos quatro anos de idade, o que é considerado tarde por especialistas na área pedagógica.

Para quem opta por colocar o filho portador de necessidades especiais antes dos 4 anos, a única alternativa é a escola particular. Ainda assim, muitas ainda não estão preparadas para receber os alunos, o que acaba dificultando o processo de aprendizagem.

Foi o que aconteceu com a psicóloga Lauricélia Carneiro, que tem um filho de 2 anos portador de autismo, um transtorno de desenvolvimento que compromete as habilidades de comunicação e interação social. Segundo ela, a falta de capacitação dos professores da escola onde o garoto estudava para lidar com a sua necessidade acabou dificultando a inclusão com o resto da turma. "Coloquei ele na escola particular, mas mesmo com o treinamento que os professores tiveram, não conseguiram trabalhar a



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A mãe disse que algumas escolas estão totalmente perdidas no processo de inclusão de crianças especiais. “A lei obrigou as escolas a incluírem esses alunos, mas não treinou ninguém, não capacitou e nem houve um planejamento para trabalhar essa inclusão”, analisou.

Para ela, além de muitas escolas não ensinarem a interação social com outros alunos, falta conhecimento em relação especificidade da personalidade de cada aluno. “Cada um tem sua necessidade, algumas crianças são mais sociais e outras menos. No caso do autismo, que é o que o meu filho sofre, ele tem problemas de concentração, com dificuldade para ficar na sala de aula, mas não usaram uma metodologia para atraí-lo a querer ficar na escola”, relatou.

Conforme Lauricélia, o filho não conseguiu se adaptar à vida estudantil e permaneceu apenas um mês e meio na escola. “Percebi que ele não estava bem e tirei. Ele ficava na sala, mas não gostava, então passou a ter ansiedade e o comportamento piorou”, explicou.

A fisioterapeuta tentou vaga em unidades de ensino do município, que oferecem ações na Modalidade de Educação Especial com base na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), além de Atendimento Educacional Especializado nas Salas de Recursos Multifuncionais, no contraturno, aos alunos com necessidades educacionais especiais. “A prefeitura só aceita a partir dos quatro anos. Quem tem menos de 2 anos, ou os pais pagam ou não têm. Todos os psicólogos indicam colocar cedo, mas tem gente que não tem condições de pagar”, lamentou.

Para a professora de uma escola particular da Capital, Sueli da Conceição, o processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais deve partir da atenção dada ao aluno. “É muito importante. A gente faz um trabalho específico, sem excluir aqueles que possuem alguma limitação dos demais estudantes, mas dando atenção necessária a ele, com um acompanhamento especial. Acredito que isso seja o diferencial para a inclusão”, destacou. (L.G.C)